

BRASIL, JUNHO DE 2013

Classes e ideologias cruzadas

ANDRÉ SINGER

RESUMO

Analisando pesquisas disponíveis sobre a composição social dos acontecimentos de junho, o autor sugere a hipótese de que podem ser simultaneamente expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional e um reflexo daquilo que denomina “novo proletariado”: os trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *manifestações de junho de 2013; composição social; classe média tradicional; novo proletariado.*

ABSTRACT

Leaning on available data about the social composition of the events of June 2013 in Brazil, the author suggests that they might be seen simultaneously as the expression of traditional middle class grievances with several aspects of national reality and a reflex of the condition of what the author identifies as the “new proletariat”: workers, mostly young, that have secured regular jobs during Lula’s term as president (2003-2013) but who suffer from low pay, high turnover and poor work conditions.

KEYWORDS: *June 2013 protests; social composition; traditional middle classes; new proletariat.*

JORNADAS OU ACONTECIMENTOS?

Se a memória não me falha, por volta da quinta-feira, 20, comecei a ouvir referências às manifestações que vinham ocorrendo como as “Jornadas de Junho”. Lembro-me de colegas, nos corredores da universidade, usando a expressão em caráter entre sério e brincalhão. Depois, eu próprio cheguei a utilizá-la em artigo de jornal¹. Algum tempo passado, no entanto, hesito em repetir a fórmula.

[1] Singer, André. “Flores de inverno”. *Folha de S.Paulo*, 03/08/2013, p. A2.

As jornadas originais constam de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* como nada menos que “o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias”. Trata-se do momento em que, na conjuntura aberta pela revolução de 1848, o proletariado de Paris lança-se a uma tentativa insurrecional, sendo esmagado pela repressão à bala comandada pelo general Cavaignac. Apesar da derrota armada, Marx empenha-se em registrar que os insurretos sucumbiram com todas as honras, tendo feito a Europa tremer “frente ao terremoto de junho”².

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou.

Por que falar em abalo sísmico, então? Porque em certo momento os protestos adquiriram tal dimensão e energia que ficou claro estar ocorrendo algo nas entranhas da sociedade, *algo* que podia sair do controle. Mas nunca restou nítido *o que* estava acontecendo. Ainda penso que, como escrevi à época³, tendo se espalhado por mais de 350 municípios⁴, mobilizado milhões de pessoas, obrigado à revogação do preço das passagens e ameaçado a Copa das Confederações, os movimentos de fato moveram uma placa tectônica quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolitanas. Foi então que as autoridades, encabeçadas pela presidente Dilma Rousseff, ativaram as alavancas de emergência, demonstrando que a trinca tinha sido devidamente detectada na cabine de comando. Diferentemente do caso francês, entretanto, não houve aqui um desenho insurrecional. Ninguém seriamente imaginou estar em curso uma tentativa de revolução.

Os acontecimentos se dividiram em três fases, as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho⁵. Nessa primeira etapa havia um objetivo específico: a redução do preço das passagens do transporte público. As iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (MPL) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas a fio, ao final havendo escaramuças com a polícia. Foi isso que aconteceu na primeira (avenida Paulista) e na segunda (zona oeste paulistana) jornada, com a cifra de presentes subindo, ao que parece, de 2 mil para 5 mil pessoas⁶.

Na terceira convocação do MPL, para a terça, 11, outra vez reuniram-se 5 mil pessoas, mas houve verdadeira batalha campal com as

[2] Marx, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 35.

[3] Singer, André. “Esquerda ou direita?”. *Folha de S. Paulo*, 22/06/2013, p. A2.

[4] Segundo a Agência Estado, em 30/06/2013, <www.ultimosegundo.com.br>, acessado em 21/09/2013.

[5] Houve, também, duas pequenas manifestações no Rio de Janeiro, nos dias 6 e 10 de junho.

[6] A menos que assinalado, os números de manifestantes correspondem à avaliação da imprensa, segundo apareceram na *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Tais avaliações são sempre controversas. Utilizo-as apenas como referência, não pretendendo que estejam sempre corretas.

[7] Informação do Datafolha. Participantes reportam a impressão de número bem maior.

legiões da ordem. Muitas cenas de violência policial e destruição do patrimônio por grupos de jovens foram reportadas pelos jornais. A repetição e intensificação dos embates levaram o governador paulista, Geraldo Alckmin, a anunciar um endurecimento para a quarta demonstração (na quinta, 13), quando um número indefinido de pessoas — a Polícia Militar (PM) calculou 5 mil, segundo os organizadores havia 20 mil — marchou pacificamente do centro da cidade até a rua da Consolação, sendo impedidas de prosseguir em direção à avenida Paulista. A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra” a céu aberto.

O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares. Na segunda, 17, quando o MPL chama a quarta jornada, que juntou em São Paulo 75 mil pessoas⁷, ela é replicada nas maiores capitais do país da maneira espontânea. Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô edukssão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! PT = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas. Diversos outros temas também compareceram, como a atuação do deputado Feliciano (PSC-SP) na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 37, vetando a possibilidade de o ministério público fazer investigações independentes, o voto distrital e o repúdio aos partidos. Um pouco daquele “que se vayan todos” argentino de 2001 apareceu no ambiente. A depredação de edifícios públicos (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Congresso Nacional, Itamaraty) pareceu ser expressão de um clima de repúdio aos políticos em conjunto.

Com o início da Copa das Confederações (16 de junho), São Paulo perde centralidade, com o protagonismo passando às praças onde haveria jogos (Brasília, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro). No Rio, em particular, as manifestações adquirem certo sabor

de sublevação popular, com mobilizações se estendendo na terça, 18, para a Baixada Fluminense (Duque de Caxias, São Gonçalo, etc.). Na quarta (19), 10 mil estudantes e membros dos movimentos sociais em Fortaleza entram em confronto com a polícia antes e depois da partida entre Brasil e México.

Nessa mesma quarta, assustados, a prefeitura do município e o governo do estado de São Paulo atendem à reivindicação e revogam o aumento da tarifa⁸. Na quinta, 20, em suposta comemoração, a onda atinge o ponto máximo, com demonstrações em mais de 100 cidades, algumas delas gigantescas, alcançando, no conjunto, cerca de 1,5 milhão de participantes. Quatro dias depois, em resposta, a presidente Dilma Rousseff propunha a Constituinte exclusiva para a reforma política, a qual seria, de acordo com o projeto, depois submetida a plebiscito popular.

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.)⁹. Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas no sábado, 22. Na mesma tarde, em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa diante do jogo entre Japão e México. Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descenso da montanha.

Sem retirar a óbvia importância das demonstrações, em nenhum momento elas foram insurrecionais. Talvez chamá-las de “Jornadas de Junho”, portanto, leve a engano. Porém como denominá-las? Diz-se que, anos depois de 1968, o filósofo Jean-Paul Sartre afirmava ainda estar tentando entender o que havia acontecido. Desconfio que o mesmo vá ocorrer conosco. Por muito tempo ficaremos a nos perguntar tanto sobre a gênese quanto sobre o significado desses *acontecimentos de junho*, como, segundo o filósofo Paulo Arantes, os franceses tratam o famoso maio *soixante-huitard*¹⁰.

Sem nenhuma pretensão, portanto, de deitar cátedra sobre tema que deverá ser alvo ainda de muita pesquisa, as hipóteses que seguem, elaboradas quase no calor da hora, pretendem nada mais que contribuir para a reflexão coletiva. Consciente das lacunas da visão que disponho, ocupo-me aqui apenas de discutir, de maneira preliminar, duas dimensões que julgo importantes para o debate: a composição social e as ideologias que se cruzaram nas ruas. Quanto ao nome, sendo a França a pátria, desde 1789, das mobilizações de massa, farei como os franceses, usando “acontecimentos de junho”.

[8] A revogação dos aumentos aconteceu também no Rio de Janeiro e em dezenas de outras cidades.

[9] A não ser por menções pontuais, este artigo não se propõe a analisar a evolução do movimento social depois de junho, restringindo-se a oferecer uma interpretação dos acontecimentos daquele mês.

[10] Em debate na USP (22/08/2013), Arantes explicou que, dada a dificuldade de rotular o que ocorreu, os franceses acabaram por adotar a fórmula neutra “acontecimentos de maio” para falar de 1968.

[11] Ver, por exemplo, Boito, Armand. “O impacto das manifestações de junho na política nacional”. *Brasil de Fato*, 02/08/13.

[12] Ver, por exemplo, Braga, Ruy. “Sob a sombra do precariado”. In: Maricato, Erminia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.

[13] O conjunto de dados a que tive acesso foi o seguinte: duas pesquisas realizadas pelo Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 de junho (766 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais e para menos) e 20 de junho (551 entrevistas, com margem de erro de quatro pontos percentuais para mais ou para menos). A primeira foi consultada em <www.datafolha.com.br> em 22/09/2013; a segunda foi consultada na *Folha de S.Paulo*, 22/06/2013, p. C6; pesquisa realizada na manifestação do Rio de Janeiro no dia 20 de junho pela Plus Marketing, com 498 entrevistas entre 16h e 20h30 e seleção aleatória por intervalo de tempo com manifestantes acima de 15 anos. A margem de erro foi de 4,2 pontos percentuais; pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília. As entrevistas foram feitas com manifestantes acima de 14 anos e a margem de erro foi dois pontos percentuais para mais e para menos. Consultada em <gt1.globo.com> em 22/09/2013; pesquisa feita em Belo Horizonte na manifestação do dia 22, pelo Instituto Innovare, com 409 entrevistas de cinco minutos e margem de erro de cinco pontos percentuais para mais ou para menos. Consultada em <www.innovarepesquisa.com.br> em 22/09/2013. Agradeço a Antônio David ter-me alertado para a pesquisa do Ibope, assim como aos institutos Plus Marketing e Innovare pelo envio dos respectivos relatórios.

[14] O debate sobre precariado *versus* novo proletariado ainda está em curso, mas envolve aspectos que não vêm ao caso para a discussão que desejo fazer neste artigo.

[15] Segundo a socióloga Helena Abramo, o grupo de 16 a 24 anos “é o que vem se tornando convenção, no Brasil, para abordagem demográfica sobre juventude, pois corresponde ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta”. Abramo, Helena Wendel. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: Abramo, H. W. e Branco, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, p. 45.

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante de classe média¹¹, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”¹². Analisando as pesquisas disponíveis¹³, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho¹⁴.

Adianto que devido à limitação das informações com as quais pude contar, recolhidas em algumas poucas manifestações de determinadas cidades, por institutos que usaram diferentes categorias, permitindo, portanto, pequena comparabilidade, não há como decidir por nenhuma das hipóteses mencionadas. O meu intuito é, por consequência, apenas o de oferecer uma interpretação alternativa, mostrando a respectiva plausibilidade no cotejo com a idade, a escolaridade e a renda dos manifestantes.

No Quadro 1 pode-se verificar o predomínio dos jovens sobre as demais faixas etárias nas manifestações. Com efeito, a faixa que vai até 25 anos, ponto em que se costuma situar a passagem para a vida adulta¹⁵, perfaz a maioria relativa dos participantes em todos os casos, chegando mesmo à maioria absoluta em São Paulo (20/06) e Belo Horizonte (22/06).

Deve-se observar, contudo, que não foi pequena a presença de não jovens, ao menos na segunda fase, à medida que as passeatas ganhavam amplitude. Comparando os números encontrados pelo Datafolha em São Paulo, vemos que de 17 para 20 de junho aumenta a proporção de mais velhos. Mas não estamos em face de um crescimento linear, pois a posterior demonstração de Belo Horizonte teve caráter particularmente jovem.

Apesar da tendência à maior mistura intergeracional, é nítido que a porcentagem sempre caía à medida que se caminhava em direção a idades mais avançadas, sendo mínima a adesão de adultos com mais de 50 (5% em São Paulo) ou 60 anos (2% no Rio de Janeiro). Foi, portanto, um movimento formado por base majoritária de jovens, com-

QUADRO I
Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

plementada por significativo contingente de jovens adultos (aproximadamente de 26 a 39 anos), com pequena inserção de adultos da meia-idade para cima. Somados, os dois blocos principais agregavam cerca de 80% dos que estavam na rua.

Tais jovens e jovens adultos possuíam alta escolaridade, segundo se pode ver no Quadro 2. A fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi residual em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%), e em Belo Horizonte na tarde de 22 (4%). Embora substancialmente maior no Rio de Janeiro na noite de 20 de junho (14%), indicando que a passeata carioca pode ter tido um caráter mais popular, esteve longe de ser cifra dominante. Infelizmente não dispus do mesmo dado para as oito capitais, mas a pequena proporção dos que só chegaram ao ensino médio sem concluí-lo (8%) confirma a mínima parcela de baixa escolaridade, denotando a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira nas manifestações¹⁶.

Inversamente, as cifras são particularmente elevadas na alta escolaridade. Nas oito capitais pesquisadas, *nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário*, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía o canudo¹⁷. Mesmo em São Paulo, onde a formação universitária é mais comum, os diplomados não superavam

[16] Na divisão proposta por Amaury de Souza e Bolívar Lamounier em *A classe média brasileira*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2010, pp. 18-9, a passagem apenas pelo ensino fundamental seria característica dos 54% que compõem as duas camadas de base da sociedade, que eles chamam, respectivamente, de classe trabalhadora e classe baixa.

[17] <www.redebrasilatual.com.br>, acessado em 26/09/2013.

QUADRO 2
Escolaridade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./ Sup. inc.)	49% (Médio comp./ Sup. inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup. comp.)	43% (Sup. comp.)	66% (Sup.)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

[18] Dados calculados a partir do censo de 2010 do IBGE.

[19] Uso a expressão “classe média tradicional” no sentido que aparece em Souza e Lamounier, op. cit., p. 25: a classe média tradicional é a que “realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade”. A educação universitária aparece como fator essencial ou muito importante para definir quem é e quem não é de classe média para 87% dos 2002 pesquisados pelo Ibope para Souza e Lamounier no final de 2008.

[20] Não dispomos do número de diplomados em universidade nas manifestações de São Paulo.

[21] Weber, Demétrio Weber. “Brasil tem 6,7 milhões de universitários”, <www.g1.globo.com>, acessado em 26/09/2013.

18% da população com 15 anos ou mais em 2010¹⁸. Tal informação torna plausível uma influência relevante da classe média *tradicional* nas manifestações, como propuseram alguns analistas, uma vez que, apesar das importantes transformações recentes, em que um contingente de jovens de baixa renda ingressou no ensino superior, é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu há pelo menos uma geração¹⁹. Mesmo no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, onde as manifestações teriam apresentado conotação mais popular, os institutos encontraram respectivamente 34% e 33% de diplomados no ensino superior²⁰.

Somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, abarca-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo em 17 e 20, assim como de Belo Horizonte a 22 (quase 70%). Se lembrarmos que, segundo o Ministério da Educação, em 2011 apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, mesmo tendo duplicado o número de ingressantes em uma década²¹, pode-se dimensionar o significado da proporção alcançada pelos que tinham acesso às instituições universitárias nos acontecimentos de junho.

Também o alto volume dos que tinham o curso médio completo ou que estavam cursando universidade nas oito capitais (49%) e no

Rio de Janeiro (52%), praças para as quais não dispus da quantidade isolada de estudantes universitários, confirma que o nível educacional apurado naquelas ocasiões aponta para a metade superior da sociedade, com um perfil, no mínimo, de classe média baixa (ensino médio)²² e com fortes tintas de classe média tradicional, dando sustentação à percepção de que as manifestações teriam sido expressão desse setor social.

Porém a renda revela um cenário diferente (Quadro 3). Para começar, a ala de baixíssimo ingresso não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal até dois salários mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte²³. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes*. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão na qual a quase totalidade dos manifestantes encontrava-se na metade superior.

[22] Sobre a classe média baixa, ver Souza e Lamounier, op. cit., pp. 20 e 21.

[23] Em particular, a composição apurada no Rio foi surpreendente, pois 34% *teria apenas até um salário mínimo de renda familiar mensal*. Convém, em todo caso, manter o resultado carioca em suspenso, por ser muito diferente dos demais.

QUADRO 3
Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (mais de 11 SM)	23% (mais de 10 SM)	21% (mais de 10 SM)
Total	100%	100%*	100%

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

[24] Trata-se aqui de uma aproximação grosseira, pois isso vai depender, evidentemente, do tamanho da família. Mas, considerando-se que as famílias têm, em média, quatro membros, tal aproximação parece justificável para efeitos de raciocínio.

[25] Para chegar a esse resultado, fiz uma conversão, em salários mínimos da época, da classificação apresentada em Quadros, Waldir. “Brasil: um país de classe média”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 01/11/2010.

[26] Ver Souza e Lamounier, op. cit., p. 164.

[27] Ibidem.

[28] Embora o dado deva ser visto com cuidado, pelas razões já mencionadas, cabe mencionar que a Plus Marketing encontrou 88% dos manifestantes do Rio na faixa até cinco salários mínimos.

[29] Venturi, Gustavo. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária”. *Perseu*, 5, 2010, p. 204.

[30] Weber, Demétrio. “Brasil tem 6,7 milhões de universitários”, <www.g1.globo.com>, acessado em 26/09/2013.

Tomando-se uma renda *per capita* entre algo como 1,5 e 3,5 salários mínimos, vemos que ela é genericamente compatível com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos para quatro pessoas²⁴. Esses manifestantes estariam, portanto, dentro da faixa na qual o economista Waldir Quadros inclui ocupações como balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure²⁵. A classificação pela renda familiar não nos permite saber a renda *per capita* do manifestante, mas, ao dizer que 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários mínimos, o Ibope e o Innovare estão nos indicando que boa parte deles podia ter uma das profissões descritas por Quadros, não pertencendo, pois, à classe média tradicional, que se caracteriza por abrigar profissionais liberais ou funções não manuais, técnicas e administrativas²⁶. As ocupações arroladas por Quadros estariam dentro da categoria “médio-inferior” estabelecida por Souza e Lamounier, ou seja, na metade de baixo da estratificação por ocupações²⁷.

Isso nos leva à seguinte equação. Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego — significativamente, o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estava no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing no Rio de Janeiro (70%) —, a hipótese torna-se plausível²⁸.

Mais ainda, como tem assinalado o sociólogo Gustavo Venturi, em função “do processo relativamente acentuado de escolarização ao longo da última década e meia”²⁹ é razoável pensar num novo proletariado com nível escolar elevado. Em função disso, deve-se cogitar a possibilidade de ter estado presente nas manifestações uma massa de jovens de escolaridade mais alta que a renda, o que resolveria a equação extraída dos quadros 1, 2 e 3. Convém lembrar que com a ampliação das vagas nas universidades públicas, com o Prouni e com a explosão do ensino superior privado a quantidade de ingressantes nas universidades pulou de 1 para 2,3 milhões por ano de 2001 a 2011³⁰.

Tendo em vista o exposto, sugerimos que a melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com

menos escolaridade média. O Quadro 3 sugere que, com exceção do Rio de Janeiro (que, como vimos, apresentou um desvio em relação à dimensão do rendimento), metade dos manifestantes tinha renda familiar acima de cinco salários mínimos e cerca de 20% recebiam acima de dez salários mínimos familiares mensais, soma de recursos mais próprios da classe média tradicional. Isso reforça a impressão de que havia, sim, um contingente de classe média nas manifestações, mas ele não respondia pelo todo. *A segunda fase das manifestações teria produzido, em consequência, um cruzamento de classes.* Embora os dados não sejam suficientes para fechar um diagnóstico, para aí apontam as pistas mais interessantes que eles nos deixam, juntamente com as evidências de que o subproletariado pouco participou dos protestos.

ESQUERDA, DIREITA E, SOBRETUDO, CENTRO PÓS-MATERIALISTA

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Junho”, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente.

Os extremos do espectro foram, naturalmente, mais visíveis que os pontos intermediários. Apareceu de imediato o viés progressista das manifestações, que poderiam prenunciar novo ciclo de lutas dos trabalhadores, como o que tendo se iniciado em 1978 vigorou até o final da década de 1980³¹. Surgiu também com clareza a vertente à direita, que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003. Mas, na verdade, quicá junho de 2013 seja mais bem compreendido se olharmos para o centro. Essa é a hipótese que desejo expor nesta seção.

Como já vimos, os acontecimentos de junho podem ser divididos em três fases. O Movimento Passe Livre (MPL) foi o artífice e fio condutor ideológico da primeira. Para o MPL, “as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria”³². A qualquer bom entendedor fica claro que, do ponto de vista do MPL, a briga contra as tarifas de transporte são um modo de lutar contra o capitalismo, o sistema que se rege pela “lógica da mercadoria”.

Referido a uma antiga tradição nacional de subsidiar a passagem dos estudantes, o MPL inspira-se diretamente em revoltas ocorridas em Salvador (2003) e Florianópolis (2004). Na capital de Santa Catarina, o levante juvenil foi capaz de obter a lei do passe livre estudantil³³. Além do caráter anticapitalista, um elemento nas mobilizações

[31] Por meio de artigos de jornal e entrevista no curso dos acontecimentos, foi esta a minha primeira intuição. Ver, além dos artigos citados, Evelin, Guilherme. “A energia social não voltará atrás”. *Época*, 787, 24/06/2013. Creio que ela estava parcialmente correta, mas não percebi que havia outras forças também em jogo, como procuro mostrar neste artigo.

[32] Movimento Passe Livre – São Paulo. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13.

[33] Movimento Passe Livre – São Paulo, op. cit.

[34] Ibidem, p. 14.

[35] Coletivo DAR e Desinformemos. “Pablo Ortellado: experiência do MPL é ‘aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como do mundo’”, <Coletivodar.org/2013/09>, acessado em 16/09/2013.

[36] Diversos depoimentos de participantes dão conta de que a manifestação da segunda, 17, em São Paulo, talvez tenha sido maior que a da quinta, 20, embora no resto do país tenha sido diferente.

[37] A entrevista pode ser vista em <www.brasil247.com/pt/247/video/105798/>.

baiana e catarinense atraiu o núcleo paulista do MPL: foram iniciativas horizontais e descentralizadas, isto é, que representavam “um afastamento dos modelos hierarquizados”³⁴ de luta. Herdeiros de uma tradição autonomista que chegou ao Brasil nos anos 1980, o MPL tem o que o filósofo Pablo Ortellado chama de “enorme cuidado com o processo”³⁵.

O público percebeu-o na entrevista que dois representantes do MPL, Lucas Monteiro de Oliveira e Nina Cappello, deram ao programa *Roda Viva* da TV Cultura na noite da segunda, 17 de junho, depois de terem conduzido aquela que talvez tenha sido uma das maiores concentrações políticas na história da capital paulista. Firmes e precisos nas respostas, os dois jovens demonstraram, por meio do apego absoluto ao objetivo do movimento — revogação do aumento de tarifas que estava em vigor há duas semanas —, que da parte deles não haveria nenhum risco de manipulação do *tsunami* que se erguera naquela tarde³⁶. Se, como diz Ortellado, “a forma do movimento deve espelhar a sociedade que a gente quer”, a entrevista foi um bom exemplo de que a sociedade desejada pelo MPL é de fato participativa, pois os dois membros destacados para falar aos telespectadores foram fiéis ao que se poderia chamar de mandato imperativo: só disseram o que a “assembleia” os autorizava a dizer.

Demonstraram, assim, uma prática democrática diferente daquela a que estamos acostumados, em que os representantes estão tão distantes dos representados que se estabelece uma espécie de mandato livre extremado. Um pequeno detalhe do programa deu ainda uma demonstração de solidez pessoal. Indagada sobre aspectos triviais de sua vida particular, como opções de lazer, tipos de livros e filmes preferidos, etc., Cappello recusou-se a entrar no assunto. Não estamos aqui para falar de nós, respondeu Cappello, apoiada por Oliveira, abstando-se de aproveitar a oportunidade para projetar-se como liderança individual, pronta para ser absorvida e tragada pelo *star system*. Ao não entrar no jogo, Cappello deu uma segunda demonstração de que estava ali apenas para expressar um anseio coletivo e não a sua subjetividade pessoal. O respeito absoluto ao coletivo e a recusa da oportunidade de ascensão individual colocaram, em breves minutos de TV, toda uma nova ética política em circulação³⁷. Aquela entrevista representou a aparição, no cenário político brasileiro, de uma nova esquerda, em sintonia com aquela do Occupy Wall Street norte-americano e dos Indignados espanhóis.

Só que ao, coerentemente, recusar uma prática que impusesse desde o alto o sentido das mobilizações, o MPL as abriu para visões de mundo muito diferentes da sua. As tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os caronistas foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar

a direção do veículo. Acredito que setores de classe média de centro e de direita intuíram que havia ali uma oportunidade para expressar um mal-estar difuso com a situação do país.

Pesquisa realizada pelo Datafolha quando começavam os protestos (6 e 7 de junho) já detectara que entre os eleitores com renda mais alta a avaliação positiva do governo Dilma Roussef caíra de maneira acentuada, indo de 67% em março para 43% três meses depois. Aparentemente, o chamado do MPL, que se dirigia, sobretudo, aos jovens proletários, caiu nos ouvidos irritados da classe média. Mas irritados por quê?

O instituto Vox Populi, que encerraria outra pesquisa quatro dias depois do Datafolha, indicava que metade da amostra se dizia muito preocupada com a inflação³⁸. Embora divirjam em quase tudo, economistas de diversas tendências estavam de acordo em que tinha havido um fenômeno, talvez tópico, mas de alguma relevância, no campo do aumento de preços nos meses anteriores. Para o ex-ministro tucano Luiz Carlos Mendonça de Barros, as majorações no varejo, ou seja, aquelas que efetivamente impactam o bolso do consumidor chegaram a rodar em torno de 10% nos primeiros meses de 2013³⁹. No outro canto do ringue, o economista Marcio Pochmann, do PT, afirmava que, para os de renda superior, a carestia seria ainda maior, pois a sua cesta de consumo seria dominada pelos serviços, que subiram mais⁴⁰. Assim, a aceleração do custo de vida para os setores médios nos meses que precederam as manifestações poderia explicar, em parte, a insatisfação que acabou por se expressar nas ruas em junho. Sozinha a inflação não teria, a meu ver, potencial para fornecer o combustível dos protestos, mas ela pode ter potencializado as inúmeras críticas que os setores médios, tanto à esquerda quanto à direita, faziam ao lulismo, já aguçadas pelas difíceis condições de vida urbana, em particular nos quesitos mobilidade e segurança.

O fato é que, a partir do momento em que importantes setores de classe média foram para a rua, o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés *oposicionista* que não tinha antes⁴¹, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais. Na terça, 18, em São Paulo, durante a quinta manifestação paulistana, um grupo com características que se semelhavam às da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo, dirigida por um político do PT apoiado diretamente por Lula na eleição de 2012. Abandonado pela polícia, o centro velho foi saqueado por lumpemproletários naquela noite, lembrando cenas dignas das manobras fascistas do século XX. No Rio de Janeiro, teve início uma campanha contra o governador do estado e o prefeito da cidade. Ao

[38] A pesquisa Vox Populi contou com 2200 entrevistas em 207 municípios.

[39] Barros, Luiz Carlos Mendonça de. "A nova classe média e o governo". *Folha de S. Paulo*, 14/06/2013, p. B7.

[40] Cintra, Luiz Antonio. "Brasil, caro pra chuchu". *Carta Capital*, 751, 5/06/2013, p. 26.

[41] A pronunciada queda na aprovação dos governos, percebida pelas pesquisas de opinião realizadas no final de junho, confirmam isso.

mesmo tempo bandeiras brasileiras passaram a ser elemento constante, ao lado de cartazes por menos impostos.

A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção. Convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, é opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar. Como a corrupção é um fluxo de transações indevidas entre os bens públicos e os interesses privados, os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão constantemente no centro das denúncias. Acrescente-se que o chamado mensalão, cujo julgamento, amplamente televisionado, ocorrera seis meses antes da explosão, pode ter tido efeito sobre os acontecimentos de junho, mobilizando uma fração que viu no chamado do MPL para ir às ruas a oportunidade de colocar em pauta um assunto profundamente entalado na garganta.

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo.

É possível que, no afã de atingir o governo federal e o PT, erigidos em inimigos número 1, a direita tenha apostado no “que se vayan todos”, mesmo com algum prejuízo a administrações dirigidas pelo PSDB. A depredação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para onde se desloca, a partir da noite de 17 de junho, a centralidade antes posta em São Paulo, quiçá respondeu a uma estratégia do tipo Argentina-2001, embora não haja comprovação de quem tenha sido a responsabilidade daquele ato. Vale observar, de passagem, que o uso sistemático da violência, seja pela polícia, seja por manifestantes, tornou-se uma rotina de junho em diante, sem que se conheça, exatamente, de onde vem e por que prosperam tais posturas⁴².

Se, de um lado, a direita teve êxito em marcar a segunda etapa com um viés anticorrupção, de outro, as manifestações ganharam conotação popular à medida que apareceram as palavras de ordem contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, sobretudo nos locais em que ocorreram os jogos da Copa das Confederações. O chamado “branqueamento” dos modernos templos do

[42] O problema da violência, envolvendo, entre outros pontos, a compreensão dos *black blocs*, é um dos temas relevantes que fogem ao escopo deste artigo.

futebol construídos para 2014, cujos ingressos ficaram inacessíveis aos “morenos”, isto é, o grosso da população, parece ter ocasionado uma justificada revolta nos “de baixo”.

Com a crítica aos dispêndios para o calendário esportivo, entrava em cena uma segunda bandeira de esquerda, após a da redução das tarifas. Afinal, o que está em jogo é a destinação de dinheiro público para construir estádios luxuosos e rendosos em termos de negócios, mas depois pouco úteis, em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública e, agora, para cúmulo da ironia, passaram a ser excluídos também do próprio futebol. Em última análise, a crítica da desigualdade constitui o *leitmotiv* do enredo “anti-Fifa”. Não por acaso, na quarta, 19, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, de tradição progressista, juntou gente nas periferias sul e leste de São Paulo para protestar “contra o aumento do custo de vida e contra o preço da Copa do Mundo, que é paga pelos trabalhadores”⁴³.

A ascensão de lutas nas metrópoles era previsível. A elevação da temperatura nos centros urbanos estava clara pelo menos desde a última campanha eleitoral (2012), em que com poucas exceções as capitais elegeram prefeitos de oposição, qualquer que fosse a orientação partidária do mandato que se encerrava⁴⁴. O reformismo fraco que caracteriza o lulismo encontra mais dificuldade para avançar em contextos hiperurbanizados, pois aí as mudanças custam caro e/ou implicam confrontos de classe, que não fazem parte do modelo⁴⁵. Além disso, de acordo com a arquiteta Ermínia Maricato, nos últimos anos os “despejos violentos foram retomados”, vitimando a população pobre, e “os megaeventos — como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, entre outros — acrescentam mais lenha nessa fogueira”⁴⁶. Em outras palavras, a ocorrência, naquele momento, da Copa das Confederações constituía ótima chance para levantar o problema das persistentes desigualdades citadinas.

Penso, portanto, que a direita trouxe para a segunda fase das manifestações o problema da corrupção e a esquerda, o das iníquas condições de vida urbana, produzindo um cruzamento ideológico que se compôs, em alguma medida, com a mistura de classes que observamos na seção anterior. Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, brandando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas. A única condição para que pudesse levar adiante tal operação aditiva foi a de não transformar a reivindicação de hospitais e escolas “padrão Fifa” em um verdadeiro combate ao capitalismo, como quer a esquerda, nem a perseguição aos corruptos, em uma obsessão vingativa à esquerda, como propõe a direita.

[43] “Atos bloqueiam cinco estradas paulistas, e trânsito chega a 10 km”. *Folha de S. Paulo*, 20/06/2013, p. C8.

[44] Ver Singer, André. “O alerta das metrópoles”. *Folha de S. Paulo*, caderno “Especial Eleições”, 29/10/2012, p. 2.

[45] Ver Singer, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[46] Maricato, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido”. In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 24.

[47] Sobre a importância dada à internet, é sintomática a entrevista do sociólogo Manuel Castells a respeito dos acontecimentos de junho. Ver Mendes, Daniel. "Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas". *Istoé*, 22/06, 28/06/2013.

[48] Inglehart, Ronald e Welzel, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Francis, 2009, p. 130.

[49] Resende, André Lara. "O mal-estar contemporâneo". *Valor*, 05/07/2013.

O centro dispõe da possibilidade de encampar as duas bandeiras sempre que apareçam como o reflexo de uma sociedade moderna em confronto com um Estado envelhecido. Ao enfocá-las desse modo retira o potencial de confronto *dentro* da sociedade que as palavras de ordem podem ter. O centro que apareceu nas manifestações acredita em um tecido social unificado e participativo contra um aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velhos hábitos, simultaneamente atrasados e corruptos. Por isso é tão relevante o uso das redes sociais. Além de servir como senha de modernidade em contraposição a um Estado antiquado, a internet seria a maneira de permitir a participação social que combateria as práticas políticas correntes⁴⁷.

Em essência, o centro que se expressou nas ruas do Brasil a partir da segunda, 17 de junho, pode ser caracterizado como pós-materialista, nos termos do cientista político Ronald Inglehart. Para Inglehart, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam "a segurança econômica e física" para aqueles que ressaltam "a autoexpressão e qualidade de vida"⁴⁸. Seria uma transição intergeracional, realizada conforme os que já são socializados em um ambiente de classe média, livres do fardo material das gerações anteriores, vão se tornando maioria, provocando mudança profunda na maneira de enxergar a política por parte dos cidadãos.

Um bom exemplo da transição pós-materialista aplicada ao universo brasileiro pode-se encontrar na análise dos acontecimentos de junho produzida pelo economista André Lara Resende, não por acaso um dos intelectuais mais próximos da ex-senadora Marina Silva. Para Resende, as manifestações foram expressão da insatisfação com um Estado que teria se tornado um inútil "sorvedouro de recursos". "Os sinais dessa situação estão tão evidentes que não é preciso conhecer e analisar os números. O Executivo, com 39 ministérios ausentes e inoperantes; o Legislativo, do qual só se tem más notícias e frustrações; o Judiciário pomposo e exasperadoramente lento"⁴⁹. A *malaise* antiestatista teria se propagado por meio da internet, à revelia das instituições e também dos meios de comunicação tradicionais. Daí a surpresa que a eclosão de junho teria causado em todos os atores políticos estabelecidos. Por meio da rede de computadores a mudança cultural se difundiu de maneira despercebida, conclui Resende.

A transformação subjacente de valores aparece caracterizada da seguinte forma por Resende: "A relação entre renda e bem-estar só é claramente positiva até um nível relativamente baixo de renda, capaz de atender às necessidades básicas da vida. A partir daí, o aumento do bem-estar está associado ao que se pode chamar de qualidade de vida, cujos elementos fundamentais são o tempo com a família e os amigos, o sentido de comunidade e confiança nos concidadãos, a

saúde e a ausência de estresse emocional”⁵⁰. Em outras palavras, os protestos teriam evidenciado a existência de uma nova agenda e de uma nova postura que são, acredito, típicos do que Inglehart chama de pós-materialismo.

[50] Ibidem.

Se o meu raciocínio estiver correto, a segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil resignificação por parte de um centro pós-materialista. Por meio dela, tanto os “hospitais padrão Fifa” como as “punições exemplares aos corruptos” passaram a simbolizar a “modernização do Brasil”. A hipótese de que um centro pós-materialista possa ter formado o eixo da segunda fase dos acontecimentos de junho encontra amparo nos dados disponíveis sobre o perfil ideológico dos manifestantes (Quadro 4). Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas. Faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país.

PARA ONDE VAI O NOVO PROLETARIADO?

A forte presença de uma jovem classe média nas manifestações, como assinalai antes, é naturalmente compatível com a ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento. Porém entender como soaram para o novo proletariado, também presente, as posições pós-materialistas talvez seja uma das mais interessantes perguntas que ficam dos acontecimentos de junho.

Cabe observar que para trabalhadores de baixa renda ainda está posta uma agenda materialista, diante da qual esquerda e direita têm respostas nítidas: mais Estado, de um lado, e mais mercado, de outro.

QUADRO 4

Localização dos manifestantes no espectro ideológico.
São Paulo, 20/06/2013

Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita	Não sabe
22%	14%	31%	11%	10%	13%

Fonte: Datafolha.

[51] Coimbra, Marcos. "O sentido das manifestações", <www.voxpopuli.com.br>, acessado em 29/09/2013.

[52] Antunes, Ricardo e Braga, Ruy, op. cit.

[53] Costa, Henrique. "O presente e o futuro das jornadas de junho". *Carta Maior*, 11/08/2013, <www.cartamaior.com.br>, acessado em 24/09/2013.

O centro, por sua vez, tenta escapar do dilema por meio do recurso à "maior participação social", proposta da qual, em tese, ninguém discorda, mas que colocada fora do conflito distributivo só interessa a quem já está com seus problemas materiais resolvidos.

Como é fácil notar, há pouca proximidade entre as "madames vestidas a caráter e cheias de balangandãs, brandindo cartazes sobre o 'fim da corrupção' e fazendo propaganda de um endereço no Twitter"⁵¹ observadas pelo diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, nas TVs que mostravam a Copa das Confederações e os "trabalhadores jovens e inseridos em precárias condições de trabalho, além de sub-remunerados" que manifestaram insatisfação nas ruas⁵². Por que, então, os segundos seriam arrastados pela ideologia das primeiras?

Poder-se-ia dizer que as madames de balangandãs talvez sejam a base da direita e não do centro. Mas o jovem cientista político Henrique Costa conta o seguinte episódio ocorrido em uma estação de metrô e trem de São Paulo durante a mobilização de 17 de junho. Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de "passe livre já" por meio do "pula catraca", jovens de classe média gritavam para eles: "sem vandalismo, sem vandalismo". Depreende-se do relato que os dois grupos chegaram às vias de fato⁵³. A julgar pela história narrada, houve uma tensão latente, às vezes transbordante, entre as duas camadas sociais que marcaram as manifestações.

No entanto, é possível que, embora objetivamente distante, o universo da classe média pós-materialista seja alvo de desejo de jovens que começam a se mover naquela direção por meio da elevação educacional. Ensina a sociologia que, quando não existem fortes subculturas de classe em ação, os indivíduos podem desenvolver identificações com o lugar social para o qual querem ir e não com o terreno de onde vêm.

Segundo a pesquisa do Ibope, na noite de 20 de junho, quando levadas em consideração as três principais reivindicações espontaneamente levantadas pelos manifestantes entrevistados, a mudança do ambiente político ficou em primeiro lugar, tendo sido mencionada por 65% dos presentes, com 50% fazendo referência especificamente à corrupção. A questão do transporte ficou em segundo lugar, com 54% das respostas, e os gastos com a Copa em terceiro, com 40%. Seria interessante pesquisar, no futuro, se houve alguma associação entre essas opções, a escolaridade e a renda dos entrevistados.

Com as evidências atuais não é possível afirmar para que lado pen- deu o novo proletariado. Tanto pode ter havido uma compreensão de que os problemas postos só poderão ser resolvidos com gastos sociais do Estado, como pensa a esquerda, quanto uma adesão à noção contrária, defendida pela direita, de que só o combate à corrupção (da esquerda) pode levar a uma maior produção de riqueza. Mas também

é plausível ter havido uma simpatia pela ideia de que a solução dos problemas sociais brasileiros passa por maior participação social e uma redução do Estado, como quer o centro pós-materialista. Até mesmo uma divisão entre as três correntes é imaginável.

O que percebemos no Quadro 4 é que, no auge das manifestações, as diversas correntes ideológicas estavam juntas nas ruas. Apesar da expulsão simbólica da esquerda partidária da avenida Paulista (talvez por grupos de extrema-direita sob o beneplácito silente de manifestantes de centro), na noite da quinta, 20, onde tudo havia começado duas semanas antes, a esquerda social lá permaneceu, representando uma parcela significativa, embora não majoritária, do protesto. Da mesma maneira, havia uma direita, a qual, contudo, era bem menor do que fizeram pensar as primeiras impressões a respeito do acontecido. O centro, por sua vez, predominava do ponto de vista numérico e, como buscamos sugerir, cultural. Descobrir como o novo proletariado reagiu ao estranho cruzamento ocorrido ajudará a entender melhor o significado profundo dos acontecimentos de junho.

ANDRÉ SINGER é professor no departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

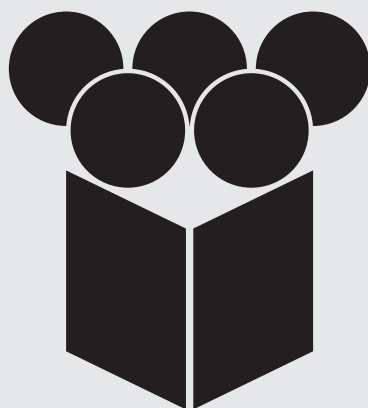
Recebido para publicação
em 9 de outubro de 2013.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

97, novembro 2013

pp. 23-40



LIVROS PARA TODOS

Fundação Carlos Chagas

Um projeto que busca incentivar o hábito da leitura, criando espaços de difusão de cultura em bibliotecas comunitárias por meio de atividades educacionais e da doação de livros.

Saiba mais sobre esta iniciativa.

Acesse www.livrosparatodos.org.br